



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Tradução

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

O Instituto de Habitação divulgou recentemente a lista definitiva dos candidatos do concurso para 1544 fracções autónomas de tipologia T1 do Edifício “Heng Ip”. No total, foram recebidos 11 942 pedidos, com 2447 provenientes de agregados familiares nucleares, 254, de agregados familiares não nucleares, e 9241 individuais. O sorteio para a ordenação dos candidatos será realizado no final deste mês mas, segundo as regras de atribuição das fracções, já se pode prever que a oferta total dos apartamentos T1 a concurso não conseguirá satisfazer as necessidades dos agregados familiares nucleares, e que os 9500 candidatos que totalizam o grupo de agregados familiares não nucleares e individuais nem terão a possibilidade de participarem no sorteio. Em relação àqueles candidatos que não vão conseguir uma fracção autónoma, as autoridades não podem apenas desfazer a lista no final do concurso e considerar isso como uma solução para o problema de habitação deles. Devem analisar objectivamente as necessidades desses candidatos e resolver o seu problema de habitação de forma adequada. Por outro lado, mesmo em relação aos agregados familiares nucleares que vão conseguir um apartamento, não faltam neles membros familiares já idosos e deficientes, e essas famílias vão ter que se confrontar



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

com o problema da falta de espaço na sua fracção autónoma, por isso, as autoridades competentes terão que analisar cientificamente os dados dos processos de candidatura para, no futuro, evitar situações problemáticas semelhantes na atribuição de recursos que não tem conta as necessidades dos candidatos.

O aparecimento do problema como o referido está relacionado com o facto de a oferta de habitação pública ter sido insuficiente para satisfazer a procura. Para assegurar o funcionamento contínuo e eficaz do mecanismo de alojamento das famílias, o Governo tem vindo a frisar três vertentes de trabalho, no sentido de “garantir a disponibilidade de recursos de terrenos, de recursos financeiros e, ainda, de um mecanismo de reserva de terrenos”. Nessas três vertentes, há duas relacionadas com terrenos, mas as autoridades não têm nem uma reserva nem um plano claro para o desenvolvimento de habitações públicas. Durante o debate das Linhas de Acção Governativa da área das obras públicas para o corrente ano, os representantes do Governo referiram a possibilidade de reaproveitamento dos terrenos que não estão a ser desenvolvidos pelos promotores imobiliários ou pelas próprias autoridades. Depois de os terrenos terem sido recuperados para reaproveitamento, os projectos serão sucessivamente lançados e divulgados oportunamente. Quanto aos terrenos que não foram aproveitados e ficam disponíveis para as autoridades até ao ano de 2016, têm ainda que



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

ser recuperados e negociados junto dos promotores imobiliários. Apesar de esta postura do Governo parecer pragmática, é de questionar se as autoridades têm algum plano de actuação, visto que não se vê nenhum mecanismo eficaz para a constituição da referida reserva de terrenos. De facto, quando o Governo começou, em 2009, a recuperação de terrenos não aproveitados, tinha-se comprometido a utilizar os terrenos recuperados para habitações públicas. Porém, passados cinco anos, não se conseguiu recuperar nenhum terreno até agora. O compromisso do Governo tornou-se como discurso vazio para que a população perca a confiança nele.

—  
Nesses termos, interpelo sobre o seguinte:

1 – De acordo com as informações, neste concurso de fracções autónomas T1, existem muitos candidatos em idade de casamento ou recém-casados. Na resposta do Instituto de Habitação à minha interpelação, em Agosto passado, este refere que, no âmbito da Lei de Habitação Económica, seriam introduzidas políticas adequadas para resolver o problema de habitação dos recém-casados e dos agregados familiares nucleares. Qual o entendimento das autoridades no que se refere a “políticas adequadas”? Qual vai ser o resultado concreto que as autoridades esperam com essas políticas?

2 – Segundo o que foi referido recentemente pelas autoridades, os dados



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

sobre os agregados familiares no concurso de habitação serão estudados e analisados para que se possa dispor de informações de referência para consulta na definição de futuras políticas de habitação. No entanto, observando o que está a acontecer na realidade, verifica-se que muitos agregados familiares e indivíduos apenas se candidataram a fracções de tipologia T1, neste concurso, porque mais preferem ter um apartamento do que não ter nada. Assim, essas candidaturas apresentadas por motivos irracionais não reflectem a realidade da procura por essas habitações. Acredita-se que nos futuros concursos para habitação pública, o número de pedidos será certamente maior que o das fracções, e aquele fenómeno de candidatura irracional haverá de repetir-se. Assim sendo, será científico que o Governo se baseie nesses dados como fundamento para a definição de políticas de habitação pública? Se isso acontecer, será que vai haver de novo a atribuição problemática de apartamentos sem ter em conta as necessidades dos candidatos?

3 – O Governo de Hong Kong comunicou recentemente o seu relatório de acção governativa, revelando de forma clara a quantidade da oferta anual de habitações públicas no futuro e a respectiva reserva de terrenos. No caso da constituição de uma reserva de terrenos para habitações públicas em Macau, para além do projecto de novos aterros que ninguém sabe quando estarão disponíveis, neste momento, apenas se pode esperar pelos terrenos não



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

aproveitados cuja reversão as autoridades estão a negociar com os respectivos promotores imobiliários, o que coloca em questão a iniciativa do Governo de constituir a referida reserva. Deste modo, para além daqueles terrenos não aproveitados, o Governo não dispõe de mais terrenos para habitações públicas? Se houver mais terrenos, as autoridades vão revelar isso ao público?

**O Deputado à Assembleia Legislativa**

**Chan Meng Kam**

18 de Fevereiro de 2014